

# NCE/14/00621 — Relatório final da CAE - Novo ciclo de estudos

## Caracterização do pedido

### Perguntas A.1 a A.10

A.1. Instituição de Ensino Superior / Entidade Instituidora:

Instituto Politécnico De Bragança

A.1.a. Outra(s) Instituição(ões) de Ensino Superior / Entidade(s) Instituidora(s):

A.2. Unidade(s) orgânica(s) (faculdade, escola, Instituto, etc.):

Escola Superior De Educação De Bragança

A.3. Designação do ciclo de estudos:

Relações Lusófonas e Língua Portuguesa

A.4. Grau:

Licenciado

A.5. Área científica predominante do ciclo de estudos:

Português como Língua Estrangeira e como Língua Ma

A.6.1 Classificação da área principal do ciclo de estudos (3 algarismos), de acordo com a Portaria n.º 256/2005, de 16 de Março (CNAEF):

222

A.6.2 Classificação da área secundária do ciclo de estudos (3 algarismos), de acordo com a Portaria n.º 256/2005, de 16 de Março (CNAEF), se aplicável:

223

A.6.3 Classificação de outra área secundária do ciclo de estudos (3 algarismos), de acordo com a Portaria n.º 256/2005, de 16 de Março (CNAEF), se aplicável:

<sem resposta>

A.7. Número de créditos ECTS necessário à obtenção do grau:

180

A.8. Duração do ciclo de estudos (art.º 3 DL-74/2006, de 26 de Março):

3 anos; 6 semestres.

A.9. Número de vagas proposto:

40

A.10. Condições específicas de ingresso:

Podem candidatar-se a esta Licenciatura, através de concurso nacional, os estudantes titulares do 12.º ano de escolaridade ou equivalente, com uma classificação mínima de 95 pontos, numa escala de 0 a 200, numa das seguintes provas nacionais de ingresso:

## Relatório da CAE - Novo Ciclo de Estudos

### 1. Instrução do pedido

1.1.1. Deliberações dos órgãos que legal e estatutariamente foram ouvidos no processo de criação do ciclo de estudos:

Existem, são adequadas e cumprem os requisitos legais

1.1.2. Evidências que fundamentam a classificação de cumprimento assinalada:

A instituição proponente apresenta os documentos que certificam a intervenção dos diferentes

órgãos na aprovação da Proposta: Declaração do Presidente do Instituto Politécnico de Bragança, Declaração do Conselho Técnico-Científico e Extrato de Ata do Conselho Pedagógico.

1.2.1. Docente(s) responsável(eis) pela coordenação da implementação do ciclo de estudos:

Foi indicado e tem o perfil adequado

1.2.2. Evidências que fundamentam a classificação de cumprimento assinalada:

A coordenadora do Curso indicada tem perfil académico e científico ajustado à coordenação do ciclo de estudos.

As suas qualificações centram-se, contudo, no domínio das ciências da Linguagem, não abrangendo as restantes áreas que integram a estrutura curricular.

## **2. Condições específicas de ingresso, estrutura curricular e plano de estudos.**

2.1.1. Condições específicas de ingresso:

Existem, são adequadas e cumprem os requisitos legais

2.1.2. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinalada:

As condições de ingresso são adequadas e cumprem os requisitos legais.

2.2.1. Estrutura Curricular e Plano de Estudos:

Existem, mas não são adequados ou não cumprem os requisitos legais

2.2.2. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinalada:

Em si mesmos, a estrutura curricular e o Plano de Estudos correspondem às exigências da Lei.

A articulação entre as diferentes áreas, porém, suscita dúvidas de equilíbrio. Não fica demonstrada a necessidade do peso da componente do Português Língua Materna (ou Língua Estrangeira): 135 ECTS num total de 180.

## **3. Descrição e fundamentação dos objetivos, sua adequação ao projeto educativo, científico e cultural da Instituição e unidades curriculares**

### **3.1. Dos objectivos do ciclo de estudos**

3.1.1. Foram formulados objectivos gerais para o ciclo de estudos:

Sim

3.1.2. Foram definidos objectivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências) a desenvolver pelos estudantes:

Sim

3.1.3. O ciclo de estudos está inserido na estratégia institucional de oferta formativa face à missão da Instituição:

Em parte

3.1.4. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas em 3.1.1, 3.1.2 e 3.1.3.:

Os objetivos gerais e os objetivos de aprendizagem encontram-se formulados com suficiente clareza.

A adequação desses objetivos à missão e à estratégia da instituição carecem, no entanto, de um enquadramento mais preciso. Não fica provado, designadamente, que a entidade proponente tenha nos seus quadros recursos docentes suficientemente qualificados para assegurar um Curso que envolve componentes científicas tão diversificadas. Não se afigura claro, do mesmo modo, que o primeiro ciclo agora proposto seja compatível com a missão e a estratégia de uma Escola Superior de Educação.

3.1.5. Pontos Fortes:

Não se aplica.

3.1.6. Recomendações de melhoria:

A adequação dos objetivos do curso à vocação e à estratégia da entidade proponente deve ser

comprovada.

### **3.2. Adequação ao projecto educativo, científico e cultural da instituição**

3.2.1. A Instituição definiu um projecto educativo, científico e cultural próprio:

Em parte

3.2.2. Os objectivos gerais definidos para o ciclo de estudos são compatíveis com o projecto educativo, científico e cultural da Instituição:

Não

3.2.3. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas em 3.2.1 e 3.2.2.:

Neste plano, a fundamentação da proposta limita-se a descrever a adaptação da oferta formativa da instituição às exigências legais. A adequação entre os objectivos definidos para o ciclo de estudos e o projeto educativo, científico e cultural da instituição não fica suficientemente comprovado.

3.2.4. Pontos Fortes:

Não se aplica.

3.2.5. Recomendações de melhoria:

A entidade proponente deve justificar, com clareza, a adequação do ciclo de estudos à sua vocação e à sua estratégia (tal como estas se encontram legalmente definidas).

### **3.3. Da organização do ciclo de estudos**

3.3.1. Os conteúdos programáticos de cada unidade curricular são coerentes com os respectivos objectivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências):

Em parte

3.3.2. As metodologias de ensino (avaliação incluída) de cada unidade curricular são coerentes com os respectivos objectivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências):

Em parte

3.3.3. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas em 3.3.1 e 3.3.2.:

Os conteúdos programáticos de algumas unidades curriculares revelam-se vagos ou não se ajustam aos objetivos de aprendizagem definidos. Assim sucede, nomeadamente com as cadeiras intituladas "Semiótica", "Implementação de Negócios na CPLP", "Arte na Lusofonia" ou "Ecologia e Sociedade". As metodologias de ensino, incluindo as metodologias de avaliação dos estudantes, revelam-se coerentes e aceitáveis.

3.3.4. Pontos Fortes:

Não se aplica.

3.3.5. Recomendações de melhoria:

Os conteúdos de algumas unidades curriculares carecem de ajustamento aos objetivos de aprendizagem.

Refiram-se, a título de exemplo, as cadeiras de "Semiótica", "Textos das Relações Lusófonas" ou "Cultura e Discurso na Lusofonia".

## **4. Recursos docentes**

4.1. O corpo docente cumpre os requisitos legais (corpo docente próprio, academicamente qualificado e especializado na(s) área(s) fundamental(ais)):

Não

4.2. A maioria dos docentes tem ligação estável à Instituição por um período superior a três anos. A Instituição mostra uma boa dinâmica de formação do seu pessoal docente:

Sim

4.3. Existe um procedimento de avaliação do desempenho do pessoal docente, de forma a garantir a

necessária competência científica e pedagógica e a sua actualização:

Sim

4.4. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinalada em 4.1., 4.2. e 4.3.: Apesar de boa parte do corpo docente se encontrar vinculado à instituição proponente (20, num total de 27, mantém ligação integral), verifica-se que alguns não fazem prova de qualificações curriculares suficientes para assegurar as matérias indicadas.

É o caso, entre outros, da docente que se propõe reger a cadeira de "Cooperação e Desenvolvimento na Lusofonia", dos três docentes indicados para assegurar a cadeira de "Geopolítica da Lusofonia", da docente apontada para a cadeira de "História Social e Económica da Lusofonia", do docente que se indica como responsável pelas cadeiras de "Literaturas e Culturas Lusófonas (I e II)" e "Cultura e Discurso na Lusofonia".

4.5. Pontos fortes:

Não se aplica.

4.6. Recomendações de melhoria:

Recomenda-se que o corpo docente seja escolhido em função de qualificações comprovadas em termos de graus académicos e de publicações na área de docência.

## **5. Descrição e fundamentação de outros recursos humanos e materiais**

5.1. O ciclo de estudos dispõe de outros recursos humanos indispensáveis ao seu bom funcionamento:

Sim

5.2. O ciclo de estudos dispõe das instalações físicas (espaços lectivos, bibliotecas, laboratórios, salas de computadores, etc.) necessárias ao cumprimento dos objectivos:

Sim

5.3. O ciclo de estudos dispõe dos equipamentos didácticos e científicos e dos materiais necessários ao cumprimento dos objectivos:

Sim

5.4. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas em 5.1, 5.2 e 5.3.: A instituição faz prova da existência de recursos humanos não docentes, de instalações e de equipamentos necessários ao funcionamento do ciclo de estudos.

5.5. Pontos fortes:

Existência de boas infraestruturas.

5.6. Recomendações de melhoria:

Nenhuma.

## **6. Actividades de formação e investigação**

6.1. Existe(m) centro(s) de investigação, em que os docentes desenvolvem a sua atividade científica, reconhecido(s) e com boa avaliação, na área predominante do ciclo de estudos:

Sim

6.2. Existem publicações científicas do pessoal docente afecto ao ciclo de estudos, na área predominante do ciclo de estudos, em revistas internacionais com revisão por pares nos últimos cinco anos:

Em parte

6.3. Existem actividades científicas, tecnológicas, culturais e artísticas desenvolvidas na área do ciclo de estudos e integradas em projectos e/ou parcerias nacionais e internacionais:

Não

6.4. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas em 6.1, 6.2 e 6.3.: Parte dos docentes indicados desenvolve atividade em centros de investigação bem classificados.

Verifica-se, porém, que alguns dos que são apontados para reger cadeiras nas áreas das ciências sociais (como sejam a Sociologia, a História ou a Economia) não apresentam atividade de pesquisa nesses mesmos domínios.

6.5. Pontos fortes:

Não se aplica.

6.6. Recomendações de melhoria:

A não existência de um centro de investigação sediado na instituição proponente, recomenda a convergência dos docentes em centros (de outras instituições) ou em projetos comuns consagrados à temática do curso agora proposto.

## **7. Actividades de desenvolvimento tecnológico, prestação de serviços à comunidade e formação avançada**

7.1. A oferta destas actividades corresponde às necessidades do mercado e à missão e objectivos da Instituição:

Em parte

7.2. Evidências que fundamentam a classificação de cumprimento assinalada em 7.1.:

A natureza da proposta parece requerer um nível de especialização mais elevado. Uma proposta de segundo ciclo, capaz de captar licenciados das áreas de Humanidades e Ciências Sociais pode corresponder melhor às necessidades do mercado.

7.3. Pontos fortes:

Não se aplica.

7.4. Recomendações de melhoria:

Não se aplica.

## **8. Enquadramento na rede do ensino superior público**

8.1. Os estudos apresentados (com base em dados do ME) mostram previsível empregabilidade dos formados por este ciclo de estudos:

Não

8.2. Os dados de acesso (DGES) mostram o potencial do ciclo de estudos para atrair estudantes:

Não

8.3. O novo ciclo de estudos será oferecido em colaboração com outras Instituições da região que leccionam ciclos de estudos similares:

Não

8.4. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas em 8.1, 8.2 e 8.3.:

Não são fornecidos dados indicadores de empregabilidade.

A instituição proponente sublinha a singularidade do ciclo de estudos e refere apenas propostas comparáveis em funcionamento noutros países lusófonos.

A instituição não revela a intenção de colaborar com outras entidades formadoras.

8.5. Pontos fortes:

Não se aplica.

8.6. Recomendações de melhoria:

Recomenda-se uma justificação mais desenvolvida das necessidades de empregabilidade às quais o curso procura corresponder.

## **9. Fundamentação do número total de créditos ECTS do novo ciclo de estudos**

9.1. A atribuição do número total de unidades de crédito e a duração do ciclo de estudos estão justificadas de forma convincente:

Sim

9.2. Existe uma metodologia para o cálculo dos créditos ECTS das unidades curriculares:

Sim

9.3. Existe evidência de que a determinação das unidades de crédito foi feita após consulta aos docentes:

Em parte

9.4. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas em 9.1, 9.2 e 9.3.:  
A fundamentação do número de créditos é convincente e a duração do ciclo de estudos (seis semestres) está de acordo com o que se encontra previsto na Lei para cursos de primeiro ciclo.

9.5. Pontos fortes:

Não se aplica.

9.6. Recomendações de melhoria:

Nenhuma.

## **10. Comparação com ciclos de estudos de Instituições de referência no Espaço Europeu de Ensino Superior**

10.1. O ciclo de estudos tem duração e estrutura semelhantes a ciclos de estudos de Instituições de referência do Espaço Europeu de Ensino Superior:

Em parte

10.2. O ciclo de estudos tem objectivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências) análogos às de outros ciclos de estudos de Instituições de referência do Espaço Europeu de Ensino Superior:

Em parte

10.3. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas em 10.1 e 10.2.:

A instituição não fornece evidência de que existam ciclos de estudo de referência no Espaço Europeu com o mesmo tipo de objetivos.

Os exemplos invocados como termos de comparação funcionam num registo de combinação diferente, funcionando a Língua como elemento secundário e não como área principal.

No caso das universidades inglesas referidas, por exemplo, verifica-se uma colaboração estreita entre diferentes Faculdades ou Departamentos.

10.4. Pontos fortes:

Não se aplica.

10.5. Recomendações de melhoria:

A instituição deve fazer prova de que as características específicas da proposta se traduzem em vantagem para os alunos e para as suas perspetivas de inserção no mercado de trabalho.

## **11. Estágios e períodos de formação em serviço**

11.1. Existem locais de estágio e/ou formação em serviço:

Sim

11.2. São indicados recursos próprios da Instituição para acompanhar os seus estudantes no período de estágio e/ou formação em serviço:

Sim

11.3. Existem mecanismos para assegurar a qualidade dos estágios e períodos de formação em serviço dos estudantes:

Sim

11.4. São indicados orientadores cooperantes do estágio ou formação em serviço, em número e com qualificações adequadas (para ciclos de estudos de formação de professores):

Sim

11.5. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas em 11.1 a 11.4.:  
A instituição proponente indica protocolos celebrados com empresas da região que apontam para a realização de estágios ou períodos de formação em serviço.

11.6. Pontos fortes:

Existência de protocolos com empresas da região.

Existência de mecanismos de apoio aos professores da instituição que colaboram nos estágios.

11.7. Recomendações de melhoria:

Nenhuma.

## 12. Conclusões

12.1. Recomendação final:

O ciclo de estudos deve ser acreditado

12.2. Período de acreditação condicional, em anos (se aplicável):

<sem resposta>

12.3. Condições (se aplicável):

Não se aplica.

12.4. Fundamentação da recomendação:

Apesar da forte predominância da componente do Português, enquanto língua materna ou enquanto língua estrangeira, o ciclo de estudos proposto pretende fazer convergir áreas de formação de natureza muito diferente. A esse propósito (aceitável no plano dos princípios) não corresponde, contudo, um elenco de professores dotado de formação sólida nas diferentes áreas de docência. Assim, se no domínio da Língua Portuguesa não se levantam dúvidas de qualificação relativamente aos docentes indicados (sobretudo no que respeita ao ramos do ensino do Português como Língua Materna), nos domínios relacionados com as ciências sociais (vide 4.4.) as garantias de qualificação do corpo docente não se encontram demonstradas.

Do mesmo modo, não fica provado que a proposta corresponda suficientemente à vocação e à estratégia central da instituição proponente.

### RESPOSTA À PRONÚNCIA

Apreciada a Pronúncia apresentada pela instituição proponente, a Cae verifica a existência de alterações significativas no que diz respeito aos seguintes aspetos:

1. conteúdos de unidades curriculares: "Semiótica", "Textos das Relações Lusófonas", "Cultura e Discurso na Lusofonia", "Implementação de Negócios na CPLP", "Arte na Lusofonia" e "Ecologia e Sociedade";

2. distribuição de serviço docente, corrigindo inadequações antes identificadas, no plano das qualificações curriculares.

Destacam-se, neste domínio, o caso dos novos responsáveis pelas cadeiras de "Cooperação e Desenvolvimento na Lusofonia", "Geopolítica da Lusofonia" e "História Social e Económica dos países lusófonos".

Por último, são satisfatórios os esclarecimentos a respeito da missão da IES e da sua compatibilidade com o presente ciclo de estudos.

Em face destes novos elementos, entende a Cae estarem cumpridas as condições legais para a acreditação do Curso.